



CORREIO DO POVO E COOJORNAL SOB A ÓTICA DA HEGEMONIA EM GRAMSCI: o sequestro dos uruguaios na Ditadura Militar¹

Rhêa Carolina Hickmann Ribas²

Ângela Ravazzolo³

Escola Superior de Propaganda e Marketing, RS

RESUMO

No ano de 1978, em Porto Alegre, foram sequestrados os uruguaios, Lilian, Francesa e Camilo Celiberti e Universindo Dias. Em relação a esse fato, a cobertura da mídia exerceu, grosso modo, dois papéis: o hegemônico e o contra hegemônico. O primeiro tentava esconder evidências que poderiam evidenciar a participação do governo no caso, e o segundo denunciava esse envolvimento. Com a finalidade de estudar e exemplificar esses dois papéis, tomaremos como amostra o jornal Correio do Povo, e o Coojornal, Para a análise, utilizaremos a metodologia proposta por Charradeau, Benetti e Herscovitz. O presente artigo é um recorte da monografia desenvolvida dentro do Projeto de Iniciação Científica da ESPM-Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Correio do Povo; Coojornal; hegemonia; Análise de Discurso.

1. INTRODUÇÃO

Em 13 de dezembro de 1968, o Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, decretava o mais repressivo Ato Institucional da Ditadura Militar que teve início em 1964, o AI-5. Muitas formas de resistência se estabeleceram contra a Ditadura, sendo a luta armada uma das mais fortes oposições ao regime imposto. Já a mídia, em geral, exerceu em diferentes momentos papéis distintos: o hegemônico, favorável à ideologia do Estado, que era a das classes dominantes, e o contra hegemônico, uma mídia alternativa e combativa. Estes conceitos serão abordados ao longo do trabalho por meio da ótica de Antônio Gramsci.

Este trabalho tem como objetivo analisar os papéis da mídia a partir de reportagens e notícias publicadas acerca de um caso que exemplifica as práticas ocorridas durante o Regime Militar brasileiro: o sequestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Días, na capital gaúcha, em 1978.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Jornalismo da ESPM-Sul, email: hickmann.carol@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa ESPM-Sul, email: a.ravazzolo@espm.br.



Para isso, tomamos como exemplo de mídia contra hegemônica o Coojornal, e, como exemplo de mídia hegemônica, escolhemos o Correio do Povo. Como amostra, então, escolhemos o mês de dezembro de 1978, dos dois jornais. Foi neste momento que o episódio tornou-se público na imprensa.

Para exemplificar, utilizaremos o método de Análise das Vozes, dentro da Análise de Discurso, proposto Benetti (2010), e também alguns conceitos propostos por Charradeau (2009). Também utilizaremos a Análise de Conteúdo, proposta por Herscovitz (2010), para embasar melhor as conclusões. A validade deste trabalho está em trazer mais informações a respeito dos distintos meios e estratégias encontradas para que a imprensa seguisse ativa durante o período.

2. HEGEMONIA EM GRAMSCI

Nessa parte do trabalho falaremos sobre o conceito de hegemonia de Gramsci. Gruppi (1978) inicia seu livro relatando que Antonio Gramsci foi o teórico marxista que mais discorreu sobre o conceito de hegemonia. O termo hegemonia vem do grego *eghestai*, que significa “ser líder”, ou também do verbo *eghemoneuo*, com o mesmo significado, e do qual deriva “comandar”, “ser o senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também comandante do exército. (GRUPPI, 1978, p. 01)

Hegemonia é o poder exercido pela classe dominante de uma determinada sociedade sobre a classe dominada. Gramsci (2002) explica que a divisão de poderes surgiu pela luta entre a sociedade civil e a sociedade política. Há, naturalmente, nessa divisão, uma certa instabilidade entre as classes, posto que categorias como a burocracia civil e militar são muito ligadas às antigas classes dominantes, e ambas constituíram o golpe militar.

Segundo Gruppi (1978), Gramsci elenca canais que permitem à ideologia das classes dominantes chegar às classes subalternas, através da influência da classe dominante nesses meios. Dentre eles, estão a escola e a religião.

A atenção do autor também se volta, segundo Gruppi (1978), ao serviço militar, outra escola que imprime uma mentalidade dominante, geralmente, em pessoas advindas de classes subalternas. E, por fim, Gruppi (1978) mostra a atenção dada por Gramsci às mídias. Diz que deste canal pode vir tanto a consciência da classe subalterna como a ideologia da classe dominante.



Dito isso, a reflexão trazida por Gruppi (1978) dá conta de explicar a desunião das classes subalternas. Essa contradição evidencia o motivo pelo qual sempre há ações fragmentadas por parte dos não dirigentes: “teremos sempre ações espasmódicas e depois estagnação” (GRUPPI, 1978, p. 69).

Por isso, Gruppi (1978) conta que Gramsci não acha possível que a hegemonia se inverta sem que haja na classe subalterna consciência de seus próprios interesses e de sua própria função histórica. Somente com uma reestruturação dos canais, a conscientização seria possível, e, assim, a inversão da hegemonia.

Através dos meios de transferência ideológica explicada por Gruppi (1978), esta inversão se torna difícil. Segundo Sader (2008), podemos dividir o poder de um grupo dominante entre domínio através de poder coercitivo e “direção intelectual e moral”. “Um grupo social domina grupos adversários, que ele tende a “liquidar” ou submeter mesmo pela força armada” (SADER, 2008, p. 110).

O domínio através do poder coercitivo ficava evidente durante a Ditadura Militar brasileira dos anos 60, por isso a utilização desses autores. De forma bem marcada, víamos uma elite apoiar a manutenção dos militares no poder, bem como a “caça aos comunistas”.

Na próxima etapa deste artigo falaremos sobre a metodologia escolhida.

3. METODOLOGIA

Agora trataremos sobre o método de análise adotado. No presente artigo escolhemos utilizar a Análise de Vozes, proposta por Benetti (2010), munindo-nos de alguns conceitos propostos por Charradeau (2010), para mostrar a parcialidade ou imparcialidade dos jornais estudados. No entanto, não seria possível tal análise caso não utilizássemos também a Análise de Conteúdo proposta por Herscovitz (2010).

Tendo rompido a primeira barreira da pesquisa bibliográfica, partimos para a Análise de Discurso, mais precisamente, de vozes. Segundo Benetti (2010), o jornalismo dialógico deve ser visto como o início de uma informação, como o fomentador de uma conclusão e não como formador de opinião. Logo, o primeiro pressuposto para entender a metodologia seria partir da lógica da intersubjetividade. “O discurso não existe por si mesmo, ele só existe em um espaço entre sujeitos” (BENETTI, 2010, p. 108). Para Charradeau (2010), a intersubjetividade...

Dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto



em acontecimento significativo, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade. (CHARRADEAU, 2010, p. 96)

Por essa característica dialógica e intersubjetiva, Benetti (2010) diz que o efeito de literalidade do texto cresce à medida que a ideologia dos sujeitos se apaga. E ainda:

“Se o discurso depende dos sujeitos para existir, isso significa que é produzido por esses sujeitos – não apenas pelo autor que fala, ou enunciador, mas também pelo sujeito que lê” (Benetti, 2010, p. 108).

Para Benetti (2010), este argumento remonta à necessidade de vermos o discurso de forma subordinada a enquadramentos socioculturais. Se observarmos a Análise de Discurso nessa perspectiva, temos que abandonar a visão ingênua de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto em que se insere. E também abandonar a visão ainda mais ingênua de que o jornalismo relata “fielmente” os acontecimentos, visão que sempre se mostra frágil quando problematizada pelo viés da linguagem.

Por isso, diferenciaremos entre *monofônico* e *polifônico* os textos dos dois jornais. É importante ressaltar que, segundo Benetti (2010), a polifonia se dá através de diferentes visões e não necessariamente diferentes fontes. Também atribuiremos os graus *totalmente favorável*, *um tanto favorável*, *neutro*, *um tanto desfavorável*, *totalmente desfavorável*, como sugere Hercovitz (2010), através da linguagem usada no texto.

Nas próximas sessões será feita a análise das amostras escolhidas.

4. CORREIO DO POVO

Neste espaço, explicaremos brevemente a história da Companhia Caldas Jr e de sua publicação de maior circulação: o Correio do Povo e analisaremos as matérias escolhidas como amostra.

Segundo Flores (1995-96), Francisco Antônio Vieira Caldas Jr era sergipano, da cidade de Vila Nova. Veio morar muito novo em Porto Alegre e desde cedo “demonstrava jeito” com as palavras. Com as dificuldades, como a morte de seu pai aos seus 17 anos, Caldas Jr fundou a Companhia Jornalística Caldas Jr, editora do Correio do Povo, com mais dois sócios.

O editorial da primeira edição apresentava o jornal como “órgão de nenhuma facção”, e justificava o título do jornal por sua diretriz principal. Então, o Correio nasceu com a proposta de ser apolítico, diferenciando-se dos jornais da época. Mas, na verdade, a “Caldas Jr descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito” e



“a nova agência jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome” (RUDIGER, 2003, p. 80 e 85)

Começaremos as análises do Correio do Povo, que em sua primeira matéria publicada sobre o tema estudado, trouxe a manchete de “Autoridades uruguaias emitem novo comunicado” (CORREIO DO POVO, 1979, p. 05), no dia 02 de dezembro de 1978. O comunicado explica que os uruguaios foram detidos, no Uruguai, e diz que eles faziam parte de um grupo subversivo que estava alinhado com outras partes do mundo.

As forças conjuntas do Uruguai acrescentam que, após contatos com elementos em Porto Alegre, o grupo decidiu “prescindir dessa base de operações [Porto Alegre] fornecendo dois veículos a Liliana Casariego e Universindo Diaz, que foram detidos na fronteira. O motorista do veículo fugiu, abandonando os dois menores. (CORREIO DO POVO, 1978, p. 05-grifo nosso)

Sendo a matéria monofônica dá a entender que tudo foi feito dentro das leis vigentes nos dois países envolvidos. O Correio do Povo ainda cita “Forças conjuntas uruguaias emitem comunicado com respeito à *detenção* de (...)” (CORREIO DO POVO, 1979, p. 05). E o parágrafo sobre o grupo ter recebido dois carros do PVP para “prescindir dessa base” (CORREIO DO POVO, 1978, p. 05), afirma que os dois “foram detidos na fronteira” (CORREIO DO POVO, 1978, p. 05), o que deixa a entender que, na tentativa de voltar ao Uruguai, os dois foram reconhecidos em uma alfândega e detidos. Isso livra totalmente o Governo brasileiro da hipótese do sequestro. Por isso, à matéria como um todo, foi dado o grau de *totalmente favorável* ao Governo brasileiro.

Já na matéria “Advogado diz que sequestros são prática comum da polícia uruguaia”, veiculada na data de 10 de dezembro de 1978, página 5, dá-se voz ao advogado de Lilian e Universindo. No entanto, parte das informações que o advogado trazia foram omitidas. Jean Louis Weil afirmava existir envolvimento de policiais brasileiros no caso. Essa informação foi publicada no outro jornal utilizado como amostra.

Na entrevista que concedeu ontem a tarde, no Hotel Plaza São Rafael, Jean Louis Weil (...) denunciou que grupos policiais do Uruguai praticam frequentemente o sequestro de pessoas em países como o Paraguai e a Argentina. (...) Jean Louis Weil diz estar “absolutamente seguro” de que os uruguaios Universindo Diaz, Lilian Celiberti e os menores Camilo e Francesca foram sequestrados e levados para Montevidéu no dia 17 de novembro passado (Correio do Povo, 1978)

Ratificamos que, nesta coletiva, o advogado já denunciava a Operação Condor, que ainda não era chamada por esta nomenclatura. Dado isso, a matéria atribui o sequestro



somente ao Uruguai, já que o Brasil é exposto nesta matéria como vitimado por estar de mãos amarradas. Por isso atribuímos o grau de *totalmente favorável* ao governo brasileiro.

Com as denúncias do advogado francês atravessando o país – ele foi para o Rio de Janeiro, conversar com autoridades –, o Correio do Povo, no dia 12 de dezembro de 1978, publica a matéria “Advogado francês denunciou as autoridades responsáveis”, em sua página 05. Parte do conteúdo das denúncias segue sendo ocultado. No entanto, há polifonia: o Coronel Rubem Ludwig aparece dando sua versão. Ele informa que os ditadores ainda não tinham conhecimento do caso.

Dado o surgimento da denúncia talvez houvesse certo receio em atribuir grau de *totalmente favorável* ao governo brasileiro. No entanto, neste encontro no RJ, segundo o Coojornal, o advogado denunciou o nome dos policiais brasileiros envolvidos. Por isso o grau de *totalmente favorável* foi atribuído.

Após 12 dias sem falar sobre o caso, o Correio do Povo aparece com uma matéria inusitada do ponto de vista jornalístico, já que foi escrita com monofonia e baseando-se na opinião do enviado especial. Na capa “Caso Flávia Schilling é considerado assunto estritamente uruguaio”. Apesar de a manchete não falar sobre o caso dos uruguaios, seu final trazia informações sobre o mesmo. Quem escreve é o jornalista Anilson Costa:

Por outro lado Flávia – apelidada de “A Sediciosa”, como é comumente chamada, é considerada um assunto estritamente uruguaio e a dificuldade de gestões brasileiras para sua libertação por parte dos canais oficiais é que o governo do Uruguai não admite a intromissão nos casos de soberania nacional – a exemplo do episódio ainda não esclarecido do desaparecimento de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, que residiam na capital gaúcha e apareceram presos no Uruguai. Eles permanecem em lugar *incerto e não sabido* e, provavelmente, aparecerão como prováveis companheiros de Flávia Schilling daqui alguns meses. (COSTA apud Correio do Povo, 1978, p. 01 – *grifo nosso*)

A esta matéria, atribuímos o grau de *totalmente favorável* ao governo brasileiro, já que evidencia em seu conteúdo manifesto a intransigência do governo uruguaio e a dificuldade que o brasileiro encontra em negociar com este, além de que os uruguaios desapareceram em Porto Alegre e certamente aparecerão no Uruguai junto a Flávia Schilling. Seu conteúdo latente é de que o governo brasileiro está tentando, mas encontra-se de mãos amarradas pela intransigência citada. Ainda cito que o grifo feito no parágrafo da matéria é de jargão policial.

No dia 27 de dezembro de 1978, a matéria “Sequestro do casal de uruguaios e a prisão de Flávia Schilling” foi publicada na página 7 do jornal. Ela tem escritores Anilson



Costa e Paulo Dias, enviados especiais ao Uruguai, que ouviram o filho de Lílian, Camilo Celiberti, e os dois irmãos, Homero Celiberti e Lilia Terro. Outras fontes são Luís Cláudio Cunha e J.B Scalco, que têm voz através da denúncia de que Didi Pedalada era um dos sequestradores. No entanto, Didi Pedalada, único nome citado como participante, é apresentado como jogador de futebol:

Com o gesto apreensivo e amedrontado o garoto Camilo Celiberti, de oito anos, pediu que retirassem as fotos de “Didi Pedalada” de sua frente. Antes ele estava tranquilo, identificou vários jogadores de futebol brasileiro mas em certo momento disse: “Olha, esse não é jogador, Não quero mais ver isto”. (CORREIO DO POVO, 1978, p. 07)

Como Charradeau (2009) explicou, o processo de reconhecimento de um texto envolve um trabalho mecânico do olho, e, através dele, elenca-se o fato mais importante pela hierarquia que os fatos são expostos. Dado que este é o primeiro parágrafo do texto, pode-se ver que a ênfase é no fato de Didi Pedalada ser ex-jogador de futebol. Dada a denúncia atribuímos o grau de *um tanto favorável* ao governo, posto que o nome do delegado Pedro Seelig, que acompanhava Didi Pedalada, não foi citado.

No dia seguinte, duas reportagens foram publicadas. A primeira, na página 08, trazia a manchete “Muitas críticas ao Coronel Moura”. O Coronel era o secretário da Segurança do Estado, e a matéria tratava sobre a sessão do dia anterior na Assembléia Legislativa, onde a oposição declarava que medidas legais precisavam ser tomadas e a situação afirmava que não permitiria envolvimento de “policiais seus” no caso. Por tanto o texto é polifônico, no entanto, precisamos ressaltar que nessa matéria não foi citado o Delegado Pedro Seelig, logo, parte da denúncia da oposição omitida.

Nesta matéria, também podemos notar a mudança na notícia – não poderemos afirmar com precisão se pela mudança da postura da editoria ou pelo andar do caso – mas, já em seu primeiro parágrafo vemos a principal diferença: Didi Pedalada, tratado somente assim até o momento, passa a ter nome, Orandir Portassi Lucas, e não mais a alcunha dada nos tempos de jogador, por seu drible mais característico, a pedalada. “enquanto o líder do governo, Celestino Goulart, garantiu que o governador – com relação ao policial Orandir Portassi Lucas, denunciado como implicado no sequestro – “não admite envolvimento de policiais seus””.(CORREIO DO POVO, 1978, p. 8).

A notícia também liga o policial ao DOPS-RS “A implicação de um agente do DOPS gaúcho – o ex-jogador de futebol Didi Pedalada – no caso do sequestro (...)” (CORREIO DO POVO, 1978, p. 8).



Com isso atribuímos o grau de um *tanto quanto desfavorável* ao governo brasileiro a esta matéria. Não poderíamos dizê-la totalmente desfavorável dado que não expõe Pedro Seelig como participante do sequestro, mas expõe Didi como policial. No mesmo dia, a crônica policial, na página 05, traz o título “Delegado Pedro Seelig pode ter comandado o sequestro”.

A fonte é a irmã do policial do DOPS que vinha sendo acusada e seu advogado, João Antônio Castro. Também aparece o Coronel Luiz Macksen, para contar que o prazo legal do inquérito será “dilatado”. O texto é polifônico, já que denuncia Seelig, mas ao mesmo tempo dá voz ao governo através de um coronel. A esta matéria não se pode atribuir o grau de totalmente desfavorável ao governo brasileiro por tratar o envolvimento do delegado ainda como hipótese “Apesar de ainda não confirmados, novos fatos surgem no caso do sequestro do casal de uruguaios, que incriminam um outro agente do DOPS gaúcho e também o Delegado Pedro Seelig, daquele órgão da polícia” (CORREIO DO POVO, 1978, p. 05). Por isso, ela ganhou o grau de *um tanto quanto desfavorável*.

Após essas matérias desfavoráveis, o Correio do Povo volta a ter um texto monofônico, com a fonte do Palácio do Planalto. A manchete era “Ludwig diz que sequestro ainda não foi comprovado”, na página 17.

Qualquer providência do governo, agora, quando o inquérito ainda investiga o desaparecimento dos uruguaios em Porto Alegre, seria um pré-julgamento. Essa observação foi feita, hoje, pelo Assessor de Imprensa do Palácio do Planalto, Coronel Rubem Ludwig, para quem “ainda não existe qualquer indício de justifique a participação do presidente da República no desenvolvimento do inquérito (CORREIO DO POVO, 1978, p. 17)

O trecho acima livra o governo. Além disso, a manchete escolhida pelo jornal trazia a negação do sequestro, só nos coube atribuir o grau de *totalmente favorável* ao governo. A escolha das palavras para o título o fez parecer muito fidedigno, e dado o conteúdo principal da matéria, que era da coletiva de imprensa cedida por Ludwig, no qual a pergunta sobre os uruguaios foi uma em meio a tantas outras significativas – como a da possível anistia e a do enfraquecimento das leis de Segurança Nacional – o título ficou um tanto quanto tendencioso. O grau é de *totalmente favorável* ao governo.

Na data de 30 de dezembro de 1978, a matéria “Cardeal Scherer diz que sequestro é caso inédito” teve como fontes o próprio padre, além de Omar Ferri, advogado responsável pelo caso. O texto é polifônico.



A matéria se inicia pouco clara, com o Cardeal Dom Vicente afirmando que “o sequestro dos uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Días é caso inédito, uma anormalidade jurídica que fere a soberania que cada país tem ao resguardar em seu território os que nele procuram refúgio” (CORREIO DO POVO, 1978, p. 05).

Fica complicado precisar o que ele quis dizer com a frase, já que os sequestros não eram caso inédito pela parte da polícia uruguaia, que operava em outros países, como denunciou e exemplificou o advogado Jean Louis. Logo, qual soberania estaria sendo atingida é a questão. Seria a brasileira, mas o envolvimento de agentes brasileiros “legitimaria” a ação. É complicado entender o verdadeiro sentido do que o padre falava somente por esta frase, no entanto, o segundo parágrafo dá mais um indício:

Espero que breve esta novela tenha um fim – declarou. O Cardeal Dom Vicente disse que tem acompanhado o caso pelos jornais e por isso prefere não analisar o comportamento do governo brasileiro, mas acha que as autoridades brasileiras estão atentas pois a eles cabe, em primeiro lugar, resguardar a soberania do país (CORREIO DO POVO, 1978, p. 5)

Com isso podemos entender que a soberania atingida foi a brasileira, e podemos afirmar que o cardeal via o país como vítima do Uruguai. É importante ressaltar que o mesmo cardeal, em outras oportunidades, se mostraria favorável à postura do governo, como quando não ajudou frei Tito a ser liberado da prisão por supostos atos subversivos, segundo Betto (2006). A esta matéria tivemos que atribuir o grau de *um tanto favorável*.

No último dia do ano de 1978, o jornal estudado faz uma retrospectiva dividindo o ano em meses. No mês de novembro, o que o jornal informa sobre o caso estudado é “Em Porto Alegre, é sequestrado um casal de uruguaio e seus dois filhos menores, que reaparecem um mês depois em Montevideu” (CORREIO DO POVO, 1978, p.05). Pouco explicativa, por isso atribuímos o grau neutro a esta matéria.

5. COOJORNAL

Aqui falaremos brevemente sobre o Coojornal, editado pela Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, e analisaremos suas matérias acerca do caso estudado. É importante dizer que, segundo Kucinski (1991), o Coojornal foi formado por jornalistas que foram afastados da Cia Jornalísticas Caldas Jr. Além disso, desde sempre o Coojornal se mostrou opositor ao regime militar e as sevícias por ele cometidas.

Posto que o Coojornal era impresso todo o dia 10 de cada mês, e ainda nessa data o caso dos uruguaio resumia-se apenas a comunicados emitidos pelo governo uruguaio, o Coojornal resolveu publicar uma edição extra no dia 20 de dezembro, ano III, nº 36. A



edição tratava dos acontecimentos na América Latina. Dentre eles havia a manchete “Sequestro em Porto Alegre. Chega ao Brasil o terror uruguaio”, já revelando sua contra hegemonia.

Uma reportagem de sete folhas trazia em seu primeiro texto o relato de um jornalista que havia presenciado o caso junto com uma foto de Lilian e uma de Universindo, além da reconstituição em desenho do que o repórter narrava no texto. O texto do repórter foi dividido em subtítulos: 1) “tudo bem, podem baixar as mãos”, 2) “100 uruguaios à espera de asilo”, 3) “jornais proibidos falam em sequestro”, 4) “Para o governador, uma questão de honra”, 5) “obstáculos para chegar as repostas”. Esse texto será narrado e analisado nas próximas páginas. O olho da reportagem apresentava um resumo do que seria tratado no texto. E dizia:

Militares uruguaios iam repetir em Porto Alegre o que estavam acostumados a fazer em Buenos Aires. Numa operação com policiais do Brasil, sequestram quatro pessoas. A operação só não foi bem sucedida porque a imprensa ficou sabendo. Apesar das dificuldades na coleta de informações, os detalhes da operação são cada vez mais evidentes. O jornalista Luiz Cláudio Cunha, da sucursal Abril, em Porto Alegre, acabou sendo um dos personagens da história: testemunhou, junto com o fotógrafo J. B. Scalco, o primeiro lance do sequestro (COOJORNAL, 1978, p. 8)

O primeiro texto da reportagem a visão de Luiz Cláudio Cunha, jornalista que esteve na Rua Botafogo enquanto eles estavam detidos. Na matéria o jornalista dá voz a pessoa que telefonou para ele contando o endereço em que Lilian e Universindo estavam detidos, e ao o policial que conversou com os jornalistas no local onde estavam os uruguaios, Edgar Fuques, da Polícia Federal do Uruguai, e um exilado uruguaio no Brasil, que relatava estar com medo. O texto narra:

Dia 17 de novembro ele recebeu o telefonema. – Una pareja y dos niños uruguayos que viven en Porto Alegre están desaparecidos hace una semana. Los nombres son Lilián Casariego y Universindo Rodriguez Diaz y los niños se llaman Camilo e Francesca. La calle Botafogo, 621, habitación 110. Por favor, necesitamos que alguien vea lo que pasa! – Mas o que significa “desaparecidos”¿ – Detenidos! (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 08)

Cunha (1978) decidiu ir até o endereço. Um passat cor creme estava parado em frente, com um homem ao volante. À porta do apartamento, ele chama por Universindo e pergunta se quem atende é Lilian; conta que ele havia recebido um telefonema de “San Pablo” e pergunta se está tudo bem. “Antes que Lilian conseguisse trocar a expressão de terror por uma resposta, a porta foi escancarada e a moça saiu de cena para dar lugar a



um cano de pistola calibre 45, quase grudada na minha testa, entre os olhos. O mesmo acontecia com Scalco, ao meu lado” (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 08).

As perguntas de Luiz Cláudio Cunha, ainda fora do apartamento, foram em espanhol. Logo, os que estavam do lado de dentro pensaram tratar-se de uruguaios. Lilian foi levada para uma das dependências da casa e parecia que mais pessoas estavam por lá. No entanto, a perplexidade que ficaram ao descobrir que ele não era uruguaio foi tamanha “ – Jornalista? Como é que tu vieste aqui? Quem te avisou? Telefonema de São Paulo? Quem era?” (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 08). Houve uma mudança para quando notaram que se tratava de brasileiros “Tudo bem, podem abaixar as mãos” (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 08).

Uma série de questionamentos começa por parte dos presentes, e Luiz Cláudio enumera as duas conclusões que se podem ser tiradas: “1) Os homens armados, pelo comportamento e técnica de agir, eram seguramente policiais, gente de órgãos de segurança. 2) a fala do chefe e a frase de seu assessor indicava claramente que eram brasileiros do Rio Grande do Sul.” (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 08 e 09).

Depois disso, Cunha (1978) explica que ficou claro que não estava previsto que alguém tomasse conhecimento daquela situação. O chefe dos agentes saiu do apartamento por cerca de cinco minutos e retornou “mais tranquilo e amável”, pedindo as credenciais e o contato dos dois jornalistas.

Quando o locutor resolveu questionar qual “o problema com o pessoal” obteve uma resposta vaga “Ah! Sabe como é, estrangeiros no país...” (CUNHA apud Coojornal, 1978, p. 09). Cunha (1978) adverte que o agente que o atendera à porta não “se tratava de uma pessoa séria e digna de crédito”, já que duas horas mais tarde o advogado Omar Ferri, que também recebera um telefonema, esteve lá e não encontrou ninguém.

Abaixo do subtítulo de “100 uruguaios à espera de asilo”, Cunha (1978) começa a narrar a segunda-feira, dia 20 de novembro, no qual foi atrás dos “canais competentes” para descobrir do que se tratava aquela operação, que a ele parecia uma ação policial de rotina. No outro dia a imprensa recebeu o pelo correio cartas que mostravam que Lilian era opositora do governo, a única medida tomada pelos “órgãos competentes” foi pedir a Luiz Claudio Cunha e a J. B. Scalco que escrevessem seu relato.

O jornalista viaja para o Rio de Janeiro com a finalidade de ouvir refugiados. Luiz Claudio toma o depoimento de um exilado que diz que estão evitando sair às ruas sozinhos, por medo. Ele próprio diz que sair às ruas após falar com exilados uruguaios



não é seguro, já que “a Segurança Nacional não garante tranquilidade aos cidadãos” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 09)

A próxima parte, intitulada “Jornais proibidos falam em sequestro”, conta que enquanto o caso efervescia, os organismos brasileiros e uruguaios permaneciam com a tese de desaparecimento. “No sábado, tudo ficou esclarecido: o casal e as crianças uruguaias haviam sido detidos, em data desconhecida, ao penetrarem em território uruguaio com “material sedicioso”, conforme o comunicado 1.400 das Forças Conjuntas do Uruguai” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 09).

Após isso, Cunha (1978) explica que as crianças foram entregues aos avós, no Uruguai, e que Lilian e Universindo faziam parte de uma grande organização marxista e estavam presos no Uruguai, em “lugar incerto e não relevado” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 10). Além disso, o jornalista conta que os jornais brasileiros – até o Correio do Povo – foram proibidos de circular em Montevideú.

Cunha (1978) diz que na semana seguinte viajou para Montevideú e foi recebido pelo diplomata brasileiro que teve uma resposta pouco criativa ao afirmar que não sabia muito do caso, já que os jornais chegavam somente durante alguns dias da semana lá.

Na próxima parte, Cunha (1978) conta como foi buscar informações com Camilo Celiberti, “um sequestrado de oito anos de vida e separado da mãe como muitas outras crianças do grande campo de concentração que é o Uruguai hoje” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 11). O menino descreve o prédio do DOPS, “às margens de um “arroyito” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 11), hoje o prédio da Polícia Civil, na Av. Ipiranga, nº 2050. Alguns dias depois, receberam de Porto Alegre uma foto do prédio e mostraram ao menino “Mira, foi neste prédio que eu e minha irmã estivemos” (CUNHA, apud Coojornal, 1978, p. 11).

Após esse fato, Cunha (1978) elenca obstáculos encontrados na apuração dos fatos: 1) discrepância de informação, ele chega a confrontar um ministro sobre isso e uma coletiva e não consegue informações confirmadas. 2) A tecnologia defasada à qual os jornalistas tiveram acesso no Hotel Cassino Plaza São Rafael fez com que os jornalistas encontrassem muita dificuldade em passar as informações que descobriam lá.

A próxima parte é intitulada “No final, muitos vilões, nenhum herói”. Ele dizia que, apesar da longa jornada que percorreu, não conseguiu encontrar alguém que esclarecesse o ocorrido em definitivo, achou somente pessoas dispostas a acobertar a cooperação dos governos e alguns denunciante a quem não se dava a atenção devida.



Além do texto escrito por Luiz Cláudio Cunha, o jornal escolhido como amostra traz na reportagem um espaço dando voz à Pedro Seelig, na p. 11. O título era “Tudo é culpa do Pedro?”. E em seu primeiro parágrafo contava

Um desses policiais Jean Weil citou nominalmente: Pedro Carlos Seelig, delegado de 46 anos (...) Seu codinome: o Major. Inúmeros presos políticos que passaram pelas dependências da Secretaria de Segurança, localizada na Av. Ipiranga, em Porto Alegre, ouviram seguidamente os agentes falarem no “Major”. (COOJORNAL, 1978, p. 11)

Depois disso, a matéria explica que o delegado sempre esteve ligado ao setor de investigações do DOPS, e que é visto como o “Fleury⁴ dos Pampas”, pelo Jornal do Brasil. O texto afirma que ele esteve ligado a alguns “casos estranhos”, já que seu filho adotivo teria morrido nas dependências do DOPS aos 16 anos. O delegado diz:

Não entro na discussão porque tudo não passa de mera especulação. Isto é mais um ônus por ter acabado com o terrorismo no Rio Grande do Sul. Criei fama, sou visado por ter terminado com grupos de esquerda. Tudo o que acontece, agora, é culpa do Pedro. (PEDRO SEELIG APUD COOJORNAL, 1978, p. 11)

Na última página, ao final da reportagem, o Coojornal traz uma entrevista com Camilo Celiberti, de oito anos, conduzida pelo repórter Tomás Pereira. “Ele vinha da praia, como toda a manhã, e ele falou com muito desembaraço e segurança sobre os fatos ocorridos 15 dias antes” (COOJORNAL, 1978, p. 13). Trata-se de uma entrevista em formato pingue-pongue. O repórter começa perguntando como ele foi parar em Montevideu, e o menino explica que o trouxeram “os homens que me prenderam” (CELIBERTI APUD COOJORNAL, 1978, p. 13). Ele descreve o DOPS, conta que quem o prendeu era brasileiro, mas que ele haviam dois uruguaios em Porto Alegre, e conta como foram para o Uruguai “Viajamos num carro brasileiro até a fronteira, quando nos trocaram de carro fomos entregues a policiais uruguaios. Aí continuamos viajando e fomos levados a Punta Del Este”, (CELIBERTI apud COOJORNAL, 1978, p. 13)

O jornalista então o ofereceu algumas fotos do jogo Internacional x Caxias, o qual ele não pode ver já que foi apanhado pelo caminho, o menino então, aceitou.

Entre as fotos, para não induzir sua resposta, havíamos colocado fotos dos prédios de Porto Alegre, entre os quais duas da sede da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, onde funcionam várias delegacias e o DOPS. Estas duas foram as que o menino reconheceu. (COOJORNAL, 1978, p. 13)

⁴ Assassino de Carlos Marighella.



À primeira matéria, de Luiz Cláudio Cunha, atribuímos o grau de totalmente desfavorável ao governo, já que ela mostra não só as versões que não batiam do caso, como também denuncia através dela. À segunda matéria atribuímos o grau de um tanto quanto desfavorável ao governo, já que o delegado teve a oportunidade de se defender. Já a entrevista, demos o grau de totalmente desfavorável ao governo, visto que o menino disse textualmente que haviam brasileiros envolvidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal Correio do Povo mostra seu caráter hegemônico ao publicar declarações do governo uruguaio sem a devida checagem; ao privilegiar a informação de que sequestros eram prática comum do governo uruguaio; ao omitir informações de suas fontes que traziam a denúncia de envolvimento de policiais brasileiros, e, somente quando houve denúncia trazer a polifonia ao texto, dando voz a um general que apaziguou a situação.

Mas principalmente, a hegemonia do Correio do Povo fica explícita quando são publicadas duas matérias com conteúdo um tanto desfavorável ao governo brasileiro, no mesmo dia. Mesmo que essas matérias tenham sido polifônicas, no outro dia surge uma matéria monofônica e totalmente favorável ao governo brasileiro, onde um coronel, com sua legitimidade, afirma não haver comprovação alguma do sequestro. Lembrando que havia testemunhas oculares, jornalistas, inclusive.

Como se não fosse o suficiente, no outro dia o Correio do Povo busca a opinião de um Cardenal conhecido por não auxiliar vítimas da Ditadura Militar, e ele, também com sua legitimidade, afirma que o Brasil sofreu lesões em sua soberania. Transformando, então, o governo ditatorial brasileiro em vítima.

Ao todo, foram cinco matérias *monofônicas*, sendo todas elas *totalmente favoráveis* ao Regime Militar e uma *neutra*. E cinco matérias polifônicas, sendo uma *totalmente favorável* ao governo e tendo informações ocultadas, três *um tanto desfavoráveis* e uma *totalmente favorável*, com informações ocultadas de denúncia. Dito isso, fica evidente que a polifonia só apareceu quando era necessário dar espaço de defesa aos militares. Não poderemos precisar se esta hegemonia era por receio de represálias, ou se era a linha editorial adotada sem o resgate da memória dos que trabalhavam na época.

Já o Coojornal, teve em sua reportagem total polifonia. Além de entrevistar pessoas que estavam clandestinas, evidenciando seu caráter contra hegemônico, o periódico também



deram espaço ao acusado de sequestro e delegado Pedro Seelig, que optou por defender-se alegando ser visado.

Outra característica importante a ser citada sobre o texto do tablóide contra hegemônico estudado é a apuração minuciosa. O jornal optou por trazer as informações a público após terem ido o mais fundo que a época permitia. Além disso, as denúncias bem marcadas e a falta de travas ao enfatizar outros casos de sevícias em que o nome de Pedro Seelig circulava como algoz deixam clara a posição do Coojornal.

7. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BENETTI, Marcia. **Análise de discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologias de pesquisa em jornalismo. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

CHARRADEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. Ed. São Paulo: Contexto.

FLORES, Hilda A. Hubner. **Círculo de Pesquisas Literárias – Correio do Povo 100 anos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno 6: 1930-1932**. In: GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HERSCOVITZ, Heloiza G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). Metodologias de pesquisa em jornalismo. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

REIS, Ramiro. **Por que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez foram sequestrados?**. Dezembro: 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/ramiro-reis.pdf> Acesso em: 03 de maio de 2013.